

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TRABALHADORAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Isabela Pedrassi Martins – Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista do Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP). E-mail: isabela.pedrassi@usp.br

Sara Cristine Miranda da Silva – Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade de São Paulo (USP), bolsista do Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP). E-mail: saracristine@usp.br

Thainá de Oliveira Rocha – Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da Universidade de São Paulo (USP), área de concentração em Participação Social, Trabalho, Convivência e Cuidado com Adultos e Idosos. E-mail: thaina.rocha@usp.br

Talita Naiara Rossi da Silva – Professora Doutora do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). E-mail: talitarossi@usp.br

Resumo

Introdução: Nas últimas décadas, diferentes Estados implementaram instrumentos para proteger os direitos das pessoas com deficiência, destacando-se a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006). No Brasil, a Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, inspirando políticas como o Plano Viver sem Limite (2011) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Apesar desses avanços, trabalhadores com deficiência ainda enfrentam barreiras para inserção e permanência no trabalho, inclusive no ensino superior. **Objetivos:** Compreender as percepções de pessoas com deficiência sobre o trabalho em uma universidade pública estadual, incluindo suas trajetórias, barreiras e facilitadores e propostas de aprimoramento. **Método:** Pesquisa descritiva e exploratória, de métodos mistos, vinculada ao projeto Observatório do Trabalho. Foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas *online* com trabalhadores com deficiência vinculados à instituição estudada, recrutados por divulgação institucional e amostragem em rede. O roteiro com perguntas abertas abordou histórico de ingresso, experiências laborais, barreiras, facilitadores e percepções sobre políticas institucionais. **Resultados:** Participaram trabalhadores com deficiência que possuem cargos diversos. A análise

temática identificou recorrências de barreiras arquitetônicas e atitudinais, e singularidades. Relatos destacaram diferenças entre categorias e vínculos, desconhecimento das políticas, falta de acessibilidade física, tecnológica e comunicacional, sobrecarga e adoecimento. A pesquisa evidenciou a importância de espaços permanentes de escuta para fortalecer diálogo e visibilidade, reconhecendo experiências e orientando práticas de inclusão. **Conclusões:** A inclusão na universidade revelou suas contradições: apesar de ser referência nacional e internacional, ainda há dificuldades em criar e efetivar políticas inclusivas para todas as pessoas. O desconhecimento das normas institucionais e a falta de acessibilidade geram vulnerabilidades. Recomenda-se consolidar escuta permanente, formação e sensibilização de gestores e comunidade, valorizando o saber e experiências dos trabalhadores para orientar políticas e ações inclusivas.

Palavras-chave

Pessoas com deficiência, Trabalho, Universidade, Inclusão, Participação, Terapia Ocupacional

Introdução

Nas últimas décadas, diferentes Estados vêm adotando instrumentos para a proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Entre os principais documentos, destacam-se o *Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência* (ONU, 1982), as *Regras Gerais para a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (ONU, 1993) e, sobretudo, a *Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência* (ONU, 2006), em vigor desde 2008. No Brasil, a Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 e orientou a formulação de importantes políticas públicas, como o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – *Viver sem Limite* (2011) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Apesar dos avanços legais, trabalhadores com deficiência ainda enfrentam barreiras para inserção e permanência no mercado de trabalho, com baixa empregabilidade e fragilidade das políticas de inclusão (OMS, 2011; Vilela; Leite, 2017). Esse cenário também aparece no ensino superior: em 2021, das 16.148 vagas reservadas pela Lei de Cotas em universidades brasileiras, apenas 9.640 (59,7%) estavam ocupadas. Em São Paulo, a taxa foi de 65%; na universidade estudada, das 614

vagas, apenas 101 (16%). A exclusão tem sido associada a barreiras estruturais, atitudinais e à persistência de estigmas que vinculam deficiência à incapacidade.

No Brasil, a contratação acontece sobretudo pela obrigatoriedade legal, com poucas práticas de inclusão (Vilela; Leite, 2017). Considerando o papel estratégico das universidades públicas, compreender como trabalhadores com deficiência vivenciam a inclusão é essencial para avaliar avanços, limites e possibilidades.

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo compreender as percepções de pessoas com deficiência sobre o trabalho em uma universidade pública estadual, incluindo trajetórias, barreiras, facilitadores e propostas de aprimoramento.

Método

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, fundamentada em uma abordagem de métodos mistos. O estudo está vinculado ao projeto *Observatório do Trabalho: diversidade, inclusão e direitos humanos*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CAAE: 76786123.9.0000.0068; Parecer nº 6.619.786 de 22/01/2024).

O estudo aborda a inclusão de trabalhadores com deficiência em uma universidade pública estadual. Foram realizadas entrevistas individuais via Google Meet, com pessoas com vínculo empregatício com a universidade, recrutadas por divulgação institucional e amostragem em rede. O roteiro semiestruturado contemplou histórico de ingresso, experiências laborais, barreiras e facilitadores, percepção sobre políticas de inclusão e sugestões para aprimorar o trabalho.

O processo de análise dos dados está sendo conduzido com base no método de análise de conteúdo temática, a partir da identificação de categorias emergentes no conteúdo das falas (Minayo, 2014). Além disso, documentos institucionais (resoluções, normas e regulamentos) também foram analisados de modo complementar, compondo um quadro mais amplo das políticas de inclusão laboral.

Resultados

Foram realizadas 12 entrevistas com trabalhadores com deficiência de uma universidade pública estadual, de um total de 25 contatados. Entre os participantes, 7 possuíam deficiência motora, 1 visual, 1 auditiva, 2 transtorno do espectro autista (Lei 12.764/2012) e 1 Síndrome de Tourette. Eles ocupam funções técnicas, administrativas e docentes, oferecendo uma visão plural da realidade institucional.

A análise preliminar dos dados destacou alguns temas:

- **Desafios conforme vínculo e categoria:** Concursados, docentes e terceirizados relataram diferenças no acesso a recursos, estabilidade e reconhecimento institucional, mostrando que a heterogeneidade de vínculos influencia a experiência de inclusão.
- **Políticas institucionais relacionadas à inclusão no trabalho:** A maioria desconhece parcial ou totalmente as políticas de inclusão da universidade, sendo que, em alguns casos, o único contato ocorre no processo seletivo.
- **Barreiras e falta de adaptações:** Dificuldades de acessibilidade física, tecnológica e comunicacional foram citadas; adaptações solicitadas muitas vezes não são implementadas ou são insuficientes, gerando sobrecarga.
- **Impactos do trabalho na saúde:** Barreiras no trabalho afetam a saúde mental, com relatos de estresse, ansiedade e depressão relacionados a falta de apoio institucional.
- **Espaços de escuta:** Participar da pesquisa foi visto como rara oportunidade de expor experiências, reforçando a importância de diálogos e acolhimento permanentes.

Esses achados indicam que, apesar de avanços normativos, a inclusão ainda enfrenta obstáculos para se consolidar na universidade.

Considerações finais

Os resultados mostraram que a inclusão de trabalhadores com deficiência na universidade estudada é contraditória: embora seja referência nacional e internacional, a universidade enfrenta desafios na implementação de políticas e práticas para apoiar a participação efetiva de todas as pessoas. A ausência de acessibilidade no trabalho compromete a saúde e bem-estar de trabalhadores com deficiência, assim como, seu desempenho no trabalho e desenvolvimento da carreira. Sobre o desconhecimento das normas institucionais, cabe salientar que data de fevereiro de 2025 a Resolução do Conselho de Inclusão e Pertencimento n.8750 que instituiu a Política de Inclusão e Pertencimento das Pessoas com Deficiência. Destaca-se ainda a importância de espaços permanentes de escuta e de processos formativos para gestores e toda comunidade acadêmica visando reduzir barreiras atitudinais e fortalecer a cultura de inclusão. Valorizar a voz dos trabalhadores evidencia saberes e experiências capazes de indicar soluções mais eficazes, devendo orientar políticas institucionais em prol de uma Universidade acessível e inclusiva.

Eixo temático prioritário

Eixo 1: As pessoas com deficiência na Universidade: relatos de experiências: No que se refere aos diferentes aspectos da participação da pessoa com deficiência na vida acadêmica na universidade no Brasil e em outros países. As diferentes experiências acadêmicas, de acesso, acessibilidade, enfrentamento do capacitismo; especificidades relativas aos estudantes de graduação, pós-graduação, funcionários e docentes com deficiência.

Fonte de financiamento

Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo (PUB-USP).

Conflito de interesses

Não há conflitos de interesses a declarar.

Agradecimentos

Agradecemos os participantes da pesquisa e à equipe do Observatório do Trabalho.

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Projeto aprovado pelo CEP da Universidade de São Paulo – CAAE: 76786123.9.0000.0068; Parecer nº 6.619.786, de 22/01/2024.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009; 163(1):3-16.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011; 221(1):12-13.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 jul. 2015; 127(1):2-11.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência*. Nova York: ONU, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Regras gerais sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência*. Nova York: ONU, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre a deficiência*. Tradução: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. São Paulo: SEDPcD, 2011.

VILELA, L. O.; LEITE, L. P. Effects of an intervention on the participation of people with disability in the workplace. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 34, n. 1, p. 185-195, 2017.